



O PRESENTE PERONISTA: “ESPAÇO DE EXPERIÊNCIA” E “HORIZONTE DE EXPECTATIVA” NO DISCURSO POPULISTA DE JUAN DOMINGO PERÓN (1946-1955)¹

*EL PRESENTE PERONISTA: “ESPACIO DE EXPERIENCIA” Y “HORIZONTE DE
EXPECTATIVA” EN EL DISCURSO POPULISTA DE JUAN DOMINGO PERÓN
(1946-1955)*

*THE PERONIST PRESENT: “SPACE OF EXPERIENCE” AND “HORIZON OF
EXPECTATION” IN THE POPULIST DISCOURSE OF JUAN DOMINGO PERÓN
(1946-1955)*

Ana Laura Galvão Batista² 

Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Brasil

Resumo: O presente trabalho analisa a inserção particular do peronismo argentino (1946-1955) no regime de temporalidade moderno concebido pelo historiador Reinhart Koselleck a partir da identificação de dissonâncias temporais próprias do período e que precisavam ser consideradas nos discursos oficiais para se garantir a manutenção da hegemonia populista do regime. Em um primeiro momento, será apresentada uma breve articulação do que consideramos como as contribuições essenciais da metafísica do tempo histórico de Reinhart Koselleck para os estudos temporais, assim como a revisão crítica desse pensamento tradicional desdobrada por Stefan Helgesson no âmbito da historiografia pós-colonial. Nessa perspectiva, em seguida, identificaremos as “heterocronias”, ou seja, as conversões temporais do discurso populista de Juan Domingo Perón nos documentos oficiais, as quais possibilitariam deslocamentos específicos entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa” dos argentinos. Como resultado, identificamos uma temporalidade na qual o presente é destacado como o tempo das mudanças e das realizações sociais, rompendo com um “antes” oligárquico de exploração e cosmopolitismo e se estabelecendo um futuro determinado e planejado

¹O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

²Mestranda em História e Cultura Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. E-mail: ana.galvao@unesp.br

pelo “agora” peronista. Tal análise, então, permite-nos conceber a Argentina sob Perón como um exemplo de modernidade alternativa.

Palavras-chave: Temporalidade; Reinhart Koselleck; Stefan Helgesson; Populismo; Peronismo.

Resumen: El presente trabajo se analiza la particular inserción del peronismo argentino (1946-1955) en el régimen de temporalidad moderno concebido por el historiador Reinhart Koselleck a partir de la identificación de disonancias temporales propias del período y que necesitaban ser consideradas en los discursos oficiales para garantizar el mantenimiento de la hegemonía populista del régimen. En un primer momento, se presentará una breve articulación de lo que consideramos los aportes esenciales de la Metafísica del tiempo histórico de Reinhart Koselleck a los estudios temporales, así como la revisión crítica de este pensamiento tradicional desplegado por Stefan Helgesson en el ámbito de la historiografía poscolonial. Desde esta perspectiva, luego, vamos a identificar las “heterocronías”, es decir, las conversiones temporales del discurso populista de Juan Domingo Perón en los documentos oficiales, lo que permitiría desplazamientos puntuales entre el “espacio de la experiencia” y el “horizonte de expectativa” de los argentinos. Como resultado, identificamos una temporalidad en la que se destaca el presente como tiempo de cambios y conquistas sociales, rompiendo con un “antes” oligárquico de exploración y cosmopolitismo y estableciendo un futuro determinado y planificado por el “ahora” peronista. Tal análisis, entonces, nos permite concebir a la Argentina de Perón como un ejemplo de modernidad alternativa.

Palabras clave: Temporalidad; Reinhart Koselleck; Stefan Helgesson; Populismo; Peronismo.

Abstract: The present work analyzes the particular insertion of Argentine Peronism (1946-1955) in the modern temporality regime conceived by the historian Reinhart Koselleck from the identification of temporal dissonances typical of the period and that needed to be considered in official discourses to guarantee the maintenance of the populist hegemony of the regime. At first, a brief articulation of what we consider to be the essential contributions of Reinhart Koselleck's Metaphysics of Historical Time to temporal studies will be presented, as well as the critical review of this traditional thought deployed by Stefan Helgesson in the scope of postcolonial historiography. From that perspective, then, we will identify the “heterochronies”, that is, the temporal conversions of the populist discourse of Juan Domingo Perón in the official documents, which would allow specific displacements between the “space of experience” and the “horizon of expectation” of argentinian people. As a result, we identified a temporality in which the present is highlighted as the time of changes and social achievements, breaking with an oligarchic “before” of exploration and cosmopolitanism and establishing a future determined and planned

by the Peronist “now”. Such analysis, then, allows us to conceive of Argentina under Perón as an example of alternative modernity.

Keywords: Temporality; Reinhart Koselleck; Stefan Helgesson; Populism; Peronism.

DOI:[10.11606/issn.1676-6288.prolam.2023.201129](https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2023.201129)

Recebido em: 15/08/2022

Aprovado em: 22/06/2023

Publicado em: 30/07/2023

1 Desafios de interpretar o tempo na Teoria da História

No âmbito da Teoria da História, destaca-se uma subdivisão específica para os estudos temporais, área denominada de Metafísica do Tempo Histórico, a qual se ocupa de todo tratamento temporal – teórico ou empírico – vinculado às distintas formas e caracterizações que a relação entre o presente, o passado e o futuro pode assumir em um determinado momento. Sobretudo a partir de 2010, essas análises vêm assumindo certo protagonismo nas discussões da área, com uma grande intensidade de debates e trabalhos que apresentam novos desafios historiográficos e filosóficos em relação ao tempo. Dentre as tendências fundadoras dessa sub-área que busca caracterizar os vínculos entre as três dimensões temporais em questão, destacamos a teoria das Múltiplas Temporalidades, ligada aos escritos do historiador alemão Reinhart Koselleck.

De acordo com Koselleck (2006), a universalidade do tempo natural é impossível de ser diretamente traduzida em um conceito de tempo histórico, sendo necessário especificar a definição deste último, o qual estaria essencialmente associado às ações concretas dos homens e às suas respectivas consequências nos âmbitos social e político, apresentando, assim, um ritmo próprio. Para explicar sua teoria, o historiador recorre a uma metáfora referente às formações geológicas – que se diferenciam em idade e profundidade e que se distanciam umas das outras em velocidades

distintas ao longo da história da Terra –, transferindo-a para o âmbito das histórias humanas, o que torna possível, segundo o historiador, “*separar analiticamente diferentes níveis temporais sobre os quais as pessoas se movimentam e os eventos se desdobram e, ainda, questionar as condições em longo prazo de tais acontecimentos*” (KOSELLECK, 2018, p.3. Tradução nossa).³

Na metafísica koselleckiana, o tempo histórico é constituído por múltiplas camadas independentes, porém, sobrepostas, comprimidas e simultâneas, as quais se organizam a partir de temporalidades que não são estáticas, mas apresentam velocidades relativas diferentes. Assim, qualquer recorte na cronologia natural selecionado por um historiador como objeto de estudo seria marcado pelo que denomina de contemporaneidade do não-contemporâneo, já que aquilo que acontece em determinado momento (presente) sempre leva em consideração outros sedimentos do tempo (passado ou futuro), sendo atravessado por transcurso históricos que se movem em ritmos diferentes e se interferem mutuamente (KOSELLECK, 2006).

As mobilizações do 17 de outubro de 1945, evento crucial para a consolidação do movimento peronista argentino, constituem um exemplo claro dessa sobreposição temporal. Na ocasião, Juan Domingo Perón, até então Secretário do Trabalho, havia sido preso pelo regime militar, o que gerou uma grande comoção entre as classes trabalhadoras e os sindicatos, grupos que tinham uma forte identificação com a sua figura. A insatisfação com os militares levou uma multidão para as ruas do centro da capital, concentrando-se na Praça de Maio no dia 17, com pedidos pela libertação de Perón e pela convocação de novas eleições.

A presença e a agitação dessa massa composta por empregados, trabalhadores e operários no centro de Buenos Aires – em sua maioria jovens emigrados das províncias do interior – nos é aqui extremamente significativa. Diante de uma população cidadina profundamente

³ Do original: “[...] *analytically separate different temporal levels upon which people move and events unfold, and thus ask about the longer-term preconditions for such events*”.

identificada com a temporalidade europeia do progresso, apresentava-se um sedimento social até então concentrado na periferia da capital e frequentemente excluído do cotidiano moderno e cosmopolita de uma sociedade étnica e socialmente hierarquizada (GRIMSON, 2017, p. 112). O choque, no presente, entre um imaginário urbano moderno e pretensamente homogêneo, identificado com o futuro do progresso, e uma realidade humana heterogênea, ligada a determinados valores tradicionais de um passado rural, traduziu-se em termos extremamente depreciativos que combinavam em si noções classistas e racistas com referências ao debate político vigente. Daí o uso recorrente pelos anti-peronistas de denominações pejorativas como *descamisados* ou *cabecitas negras* – associadas às ideias de atraso, pobreza, incivilidade e incultura – para se referirem a esses “estranhos” apoiadores de Perón, sobretudo no decorrer da campanha para as eleições de 1946 (GRIMSON, 2017, p. 113).

No geral, os eventos do 17 de outubro de 1945 expressam nada mais do que o transbordamento de conflitos e tensões provenientes do contato previamente existente entre distintas temporalidades. O urbano e o rural, a modernidade e a tradição, a capital e o interior, experiências e ritmos temporais convivendo ao mesmo tempo, pressionando-se mutuamente e interferindo diretamente no desdobramento político da Argentina.

A teoria de Koselleck (2006) também abrange o tratamento de outro campo: o dos regimes de temporalidade. Estes, por sua vez, referem-se ao modo como certo indivíduo ou uma determinada sociedade se relaciona com o seu tempo na prática, como vivencia a articulação entre o seu presente, o passado e o futuro, o que também é determinado historicamente. Essa vivência apresentaria dois balizadores temporais por ele denominados de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”.

O “espaço de experiência”, enquanto passado atual, incorpora os acontecimentos que podem ser lembrados, experiências recordadas resultantes da fusão entre um processo de elaboração racional e formas inconscientes de comportamento, podendo estas serem transmitidas

geracional ou institucionalmente. Já o “horizonte de expectativa”, simultaneamente ligado às esferas individual e coletiva, constitui um futuro-presente, um “ainda-não”, ou seja, volta-se para aquilo que não pode ser experimentado, apenas previsto através de análises racionais ou por meio de esperanças, medos, desejos, etc. (KOSELLECK, 2006, p. 324). Apesar de apresentarem formas de ser distintas, tais categorias não são alternativas entre si, estando íntima e mutuamente relacionadas, todavia, passado e futuro jamais chegam a coincidir, a experiência anterior nunca chega a determinar a expectativa. Como afirma Koselleck (2006, p. 313-314):

Eles (o espaço de experiência e o horizonte de expectativa) constituem uma diferença temporal no hoje, na medida em que entrelaçam passado e futuro de maneira desigual. Consciente ou não, a conexão que criam, modificando-se, possui uma estrutura de prognóstico. Talvez tenhamos ressaltado uma característica do tempo histórico que pode indicar sua capacidade de se modificar.

Para a teoria koselleckiana, a partir de uma perspectiva eurocêntrica, o período do Cristianismo que se estende até a década de 1780 na Europa compreende o regime de temporalidade por ele denominado de história *Magister vitae*, na qual a experiência humana estaria centrada na dimensão temporal do passado. Até então, o espaço de experiência e o horizonte de expectativa seriam relativamente próximos. Logo, de acordo com a revelação bíblica, as experiências cotidianas e as expectativas, individuais ou coletivas, não poderiam estar separadas, sendo projetadas para além da experiência humana na Terra, concentrando-se no Apocalipse (KOSELLECK, 2006, p. 315-316).

A partir dessa superposição de uma grade temporal não-histórica na explicação dos eventos, o horizonte de expectativa tenderia a um padrão de repetição, ou seja, as pessoas esperariam que o futuro repetisse o passado, aprendendo com ele. Mas, o final do século XVIII, como aponta Koselleck (2006), mais especificamente a partir das Revoluções Industrial e Francesa, inauguraria gradativamente um novo regime de temporalidade no Ocidente: o “novo tempo”, mais conhecido como a Modernidade.

Os eventos revolucionários levam ao estabelecimento de um novo horizonte de expectativa que abandona o seu caráter natural e teológico e assume uma forma mundana e não espiritual. O objetivo do alcance da “perfeição”, antes localizado no além, passaria a fazer referência a um melhoramento da existência terrena dos seres humanos, superando-se a doutrina do fim do mundo e assumindo-se o risco de um futuro que agora se encontraria em aberto (KOSELLECK, 2006, p. 316-317). Desse modo, impõe-se ao Ocidente uma nova experiência temporal a partir da qual as sociedades passam a acreditar em um tempo burguês, positivo e de progresso, no qual o passado não está mais dado pelo Cristianismo, possibilitando aos homens construir o futuro no seu mundo.

Percebe-se, então, uma distinção e um distanciamento contínuos entre a experiência e a expectativa que, segundo Koselleck (2006), seriam característicos da era moderna devido à aceleração dos ritmos e prazos cotidianos do mundo terreno, derivada dos progressos sociopolítico e técnico-industrial. Essa nova experiência afastaria o tempo histórico dos padrões repetitivos que o tempo natural ou teológico oferecia anteriormente para os indivíduos, constituindo-se, assim, um regime de temporalidade centrado em um futuro que deveria ser diferente tanto do passado como do presente para se confirmar a expectativa do progresso (KOSELLECK, 2006, p. 318).

Nos estudos recentes a respeito da temporalidade, tem-se retomado as reflexões ligadas ao caráter múltiplo do tempo histórico e seus regimes a fim de analisá-las a partir de abordagens mais detalhadas. Destaca-se, então, uma geração de autores que, alinhando-se ao pensamento koselleckiano, buscam a verificação empírica desses aspectos teóricos. De acordo com os objetivos deste trabalho, restringiremos nossa análise às considerações de um importante nome dessa nova geração: o sul-africano Stefan Helgesson e o seu tratamento do tempo a partir da historiografia pós-colonial.

Os estudos temporais de Helgesson partem de uma crítica direta à maneira simplificada como muitos pesquisadores identificados com a

historiografia pós-colonial⁴ compreendem a ideia de temporalidade. Essas abordagens, segundo o sul-africano, alimentam uma concepção binária do tempo histórico marcada por duas tendências principais: o relativismo cultural e a concepção monolítica e simplificada da modernidade Ocidental como uma ideologia do progresso linear (HELGESSION, 2014, p.546). No primeiro caso, o relativismo colocaria um fim na hierarquização entre as culturas, porém, continuaria insistindo que elas estariam separadas umas das outras, o que, segundo Helgesson, pode ser facilmente traduzido para uma concepção de temporalidades que não se influenciariam mutuamente. Já a segunda perspectiva seria problemática, pois o tempo histórico de cada sociedade local seria “cancelado” pela expansão espacial da modernidade capitalista colonial (HELGESSION, 2014).

É tentando lançar um olhar mais crítico para o problema do conflito teórico entre a especificidade local e a força homogeneizadora da modernidade no âmbito das regiões coloniais ou pós-coloniais que Helgesson (2014) recorre à teoria koselleckiana. Apesar de culpar Koselleck pelo que entende como um processo de imposição universal da experiência europeia monolítica de uma modernidade calcada no progresso, em outras palavras, de atribuir um caráter eurocêntrico a suas contribuições aos estudos do tempo histórico, Helgesson apresenta uma solução a partir da própria metafísica do historiador alemão, revisando a noção das múltiplas temporalidades e as categorias que a acompanham, e apresentando uma concepção de tempo radicalmente múltiplo:

Se aceitarmos que são inúmeros os tempos, mas também que os significados fenomenológicos desses tempos são constituídos relacionalmente, então não é difícil imaginar que um determinado indivíduo ou comunidade possa transitar/encenar/experimentar vários tempos simultaneamente (HELGESSION, 2014, p.556.Tradução nossa).⁵

⁴ Dentre os autores que trabalham a questão da temporalidade a partir do campo pós-colonial destacam-se Johannes Fabian (2002), Fredric Jameson (2003) e Benita Parry (2009).

⁵ Do original: “If we accept that there are innumerable times, but also that the phenomenological meanings of these times are relationally constituted, then it is not difficult to imagine that a given individual or community may move through/enact/experience several times simultaneously”.

Desse modo, Helgesson (2014) nos apresenta uma noção de tempo mediado física, social e linguisticamente, sendo concebido enquanto categoria experimental que nunca é exclusivamente moldada por temporalidades hegemônicas, mas que acomoda diferentes ritmos em relacionamento conflituoso entre si. Nesse sentido, existiriam inúmeros modos de tempo, os quais constantemente dariam forma e sentido à vida humana, sendo impossível reduzi-los a um todo síncrono. No geral, o pensador sul-africano alerta para o erro de se tomar os termos de Koselleck, sobretudo as categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, como neutros e universalmente compartilhados, devendo-se levar em conta que, na verdade, eles são antagonicamente constituídos e divergem entre as sociedades (HELGESSION, 2014).

Ao partir do conceito de “heterocronia” cunhado pelo historiador indiano Dipesh Chakrabarty (2000), Helgesson (2014) apresenta a sua interpretação de tempo radical partindo da análise de narrativas literárias produzidas em contextos coloniais ou pós-coloniais. Segundo o sul-africano, tais narrativas não negariam a tendência do tempo capitalista - centrada no futuro - em forçar as temporalidades locais a baterem em uníssono com a modernidade, buscando homogeneizar a experiência temporal dessas comunidades. Todavia, no mesmo recorte, elas expressariam a existência de tempos locais “heterocrônicos”, ou seja, temporalidades dissonantes que conviveriam simultaneamente com a temporalidade hegemônica do progresso, impedindo, assim, a submissão ao sincronismo geral.

Advogando por uma temporalidade alternativa à modernidade linear, Helgesson (2018, p. 146) afirma que não se trata apenas de opor um regime totalizante a regimes locais, mas de compreender que as arenas coloniais e pós-coloniais, mesmo imersas na temporalidade progressiva, produzem dissonâncias à hegemonia da modernidade europeia, constituindo versões alternativas dessa modernidade. Nesse sentido, pontua que o discurso literário apresentaria um potencial único de “heterocronia”, ou seja, uma capacidade de conversão de experiências temporais disjuntivas em uma

mesma narrativa (HELGESSION, 2014, p. 547). No geral, Helgesson realiza um alerta em favor de uma prática historiográfica que afirme a lógica de uma modernidade multitemporal, mesmo que ainda eurocêntrica, e que busque detectar em outros discursos coloniais ou pós-coloniais os deslocamentos entre as distintas camadas de tempo que se encontram em comunicação mútua e constante.

No que segue, colocamo-nos no desafio de contemplar o chamado de Helgesson à heterocronia a partir de outro recorte temporal, não-europeu, a Argentina. Deslocamos a análise para meados do século XX, mais especificamente para os dois primeiros governos de Juan Domingo Perón (1946-1955). Metodologicamente, assim como Helgesson, não descartaremos a metafísica koselleckiana, partindo das categorias temporais do espaço de experiência e do horizonte de expectativa para compreender como elas são mobilizadas nos discursos oficiais, ou seja, como a relação entre passado, presente e futuro se apresenta no caso da experiência histórica do peronismo. Dessa forma, busca-se evidenciar, a partir da documentação levantada⁶, o discurso populista de Perón e o que consideramos como a sua capacidade de realizar deslocamentos temporais específicos a fim de garantir o consenso político e social do regime.

Essas conversões no âmbito do discurso contestam a universalidade atribuída aos conceitos de Koselleck e demonstram, na verdade, as possibilidades plurais de interpretação de temporalidades outras de acordo com determinadas realidades. Ademais, a análise do caso peronista lança um olhar para uma experiência temporal profundamente atravessada pelo regime moderno ocidental progressivo, mas que, simultaneamente, apresenta especificidades que possibilitam que seja pensada como um exemplo de modernidade alternativa.

⁶ Analisamos dois documentos oficiais, ambos disponíveis online, referentes ao primeiro mandato do presidente Perón na Argentina entre 1946 e 1951: o documento do Primeiro Plano Quinquenal (1947-1951), publicado em 1947 e a *Constitución de la Nación*, texto resultante da reforma constitucional de 1949. Ademais, também analisamos trechos de discursos do presidente retirados de compêndios publicados posteriormente em seu nome e de bibliografia referente ao período do Primeiro Peronismo (1946-1955).

2 “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” no populismo peronista

Para fins deste trabalho, compactuamos com a concepção de populismo do teórico argentino Ernesto Laclau (2005), o qual concebe o fenômeno político em questão como uma forma específica de articulação discursiva voltada à promoção de determinados sentidos comuns em conjunturas sociais de crise de legitimidade. Nesse sentido, para que a experiência do populismo se efetive em uma determinada sociedade, é necessário que haja algum tipo de fratura no sistema institucional vigente, conjuntura que proporcionaria o aparecimento, no tecido social, de uma série de forças e demandas heterogêneas que não conseguiriam ser absorvidas organicamente por essa institucionalidade (LACLAU, 2005, p. 113).

O impacto dessas transformações levaria a uma divisão antagônica do campo social, marcada pela separação entre o poder institucionalizado e os grupos subalternos que não têm as suas demandas atendidas. A frustração em relação à insatisfação de cada uma dessas demandas, somada à percepção do acúmulo de outras necessidades também insatisfeitas, resulta no surgimento de uma “cadeia equivalencial” entre elas, o que, para Laclau (2005), constitui a emergência do “povo”. Este, por sua vez, apresenta-se, ao mesmo tempo, como uma ruptura subversiva em relação à ordem institucional vigente e como o início de um processo de reconstrução rumo a uma nova configuração.

O momento populista acontece quando essas diversas demandas - cuja equivalência, até esse ponto, não havia ido mais além do que um vago sentimento de solidariedade frente à negligência - são mobilizadas politicamente no sentido de sua unificação simbólica através de um sistema estável de significação (LACLAU, 2005, p. 99). Recorrendo a um conjunto de ferramentas retóricas, o discurso populista busca configurar um denominador comum que permita que essa pluralidade de vínculos

venha a se tornar uma singularidade, o que se dá através da construção de uma identidade ancorada em determinados significantes que possibilitem se referir à cadeia equivalencial, ou seja, ao povo, enquanto um todo único.

Essa identidade popular, somada a determinados mitos unificadores, ensejaria uma representação da totalidade social capaz de promover identificações tão amplas que, virtualmente, qualquer cidadão poderia fazer parte dela, e o próprio conceito de povo passa a ser concebido em oposição a tudo aquilo considerado como o “não-povo” (LACLAU, 2005, p. 114-117). Evocado por discursos que apresentam muitas vezes um caráter lírico e emotivo, o “povo do populismo” pode atingir o nível do mito, apresentando uma força regeneradora que confere um potencial legitimador ao Estado, o qual procura se apresentar como o único capaz de solucionar as tensões sociais (INCISA, 1992, p. 986).

O objetivo do presente trabalho é perceber a incursão particular da modernidade no caso do peronismo argentino a partir da dimensão do tempo. A articulação discursiva do populismo recorre às elaborações consideradas necessárias para tornar possível a emergência e a manutenção de um sujeito popular unificado, o que pode incluir, como se procurará demonstrar, “heterocronias” e deslocamentos temporais que ultrapassam as delimitações características da modernidade europeia.

A década de 1930 na Argentina foi marcada pelo acelerado processo de urbanização de Buenos Aires somado ao aumento da imigração para a capital de habitantes do interior do país e de estrangeiros que juntos conformavam a maior parte do proletariado industrial na cidade, em meio a uma realidade socioeconômica pautada em um modelo cada vez mais industrial e urbano (SVAMPA, 2006, p. 271). No âmbito político, o país se encontrava sob o governo de oligarquias que se mantinham no poder através de fraudes eleitorais e corrupção. Neste cenário, configura-se uma crise de legitimidade entre o sistema institucional então vigente e os grupos recém-chegados que se sentiam excluídos da vida política e simbólica da nação por não terem atendidas as suas demandas.

O cenário da Segunda Guerra Mundial abre espaço para novas lideranças políticas de caráter autoritário diante do enfraquecimento das oligarquias liberais no contexto latino-americano, tendo ocorrido, em 4 de junho de 1943, um golpe sobre o governo argentino de Ramón Castillo que dá início a uma série de governos militares que perdurariam até 1946 (CAPELATO, 2001, p.127-165). Durante o período militar, Perón atuou na Secretaria do Trabalho e Previdência (STP), criada em 1943, orientando-a no sentido de uma associação coordenada entre os âmbitos social e político, até então distanciados entre si, e implementando uma política de abertura aos trabalhadores, os quais passaram a apresentar uma participação política mais ativa. O contato direto com esses grupos subalternos recém-chegados seria fundamental para a sua eleição em 1946, já que esses, conscientes de suas demandas e visando o seu atendimento, constituíram a principal base eleitoral que permitiu a aliança nacional-popular proposta pelo peronismo ser concebida como uma saída política “democrática” para o golpe (MURMIS; PORTANTIERO, 2004, p. 178-179).

As análises dos documentos oficiais do período, o Primeiro Plano Quinquenal (1947) e a Constituição de 1949, revelam-nos que, desde o início do primeiro mandato de Perón (1946-1951), o tempo constituiu um balizador fundamental para a organização de sua experiência política, podendo ser considerado como eixo central de todo um sistema de enunciações dicotômicas que alimentaram cada vez mais os discursos, as propagandas e as políticas no decorrer do seu governo. No peronismo, a questão temporal assumiu a forma de um contraste essencial entre um passado oligárquico recente, o “antes”, e o presente peronista, o “agora”, concebido como um novo tempo (PUNTE, 2011, p.7).

A partir de sua eleição, o presidente localizava o seu governo como parte da obra “revolucionária” iniciada em 1943, com a atuação da STP em conjunto com os sindicatos durante o regime militar (1943-1946), e que teria desencadeado um lento processo que acompanhariam a evolução das próprias questões de índole social no país. Em 21 de outubro de 1946, na

Câmara dos Deputados da Nação, Perón realizou a apresentação geral do Primeiro Plano Quinquenal (PPQ), procedimento de planificação estatal que orientou a ação governamental durante o seu primeiro mandato, elaborado pela Secretaria Técnica da Presidência da Nação. Em discurso proferido a políticos, funcionários públicos e convidados especiais, o presidente enfatizou a diferença desse presente peronista do qual estavam diante, em relação a um passado político infame:

Se historicizarmos a política desde aqueles tempos de fraude, violência e engano em todas as situações, até chegar aos nossos dias, veremos como avançamos no cenário político, para o bem da Nação. [...]. Temos que atuar com moldes novos, mais honrosos e mais modernos. Já chamei a atenção de todos os argentinos e até de nossos adversários para essa realidade. Caso sigam com seus velhos hábitos, acabarão ficando sem gente (SECRETARIA TÉCNICA, 1946, p. 23.Tradução nossa).⁷

Nesse sentido, o peronismo inaugurou uma etapa ulterior da obra social desenvolvida desde então, já se pautando em uma tônica distinta para guiar o país a partir de uma nova política de verdade e de trabalho. Nota-se, desse modo, usando os termos koselleckianos, um espaço de experiência profundamente marcado pelos impactos sociais de uma política que se mantinha negligente em relação às demandas e interesses dos trabalhadores argentinos, o qual já era apresentado como distinto do “agora” e, a partir da obra a ser empreendida pelo governo de Perón, pretendia-se que se tornasse cada vez mais distante do presente.

Visando solucionar o que se considerava como os problemas concretos da situação argentina, o PPQ (1946) estabelecia os objetivos a serem cumpridos pelo governo peronista no decorrer de seu primeiro mandato (1947-1951) através de políticas populistas de caráter intervencionista que incidiram sobre diversos âmbitos da sociedade. Essas propostas orientadoras, voltadas, no geral, para o desenvolvimento das riquezas nacionais e o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, já se pautaram por princípios fundamentais que tenderiam

⁷ Do original: “*Si historiamos la política desde aquellos tiempos del fraude, de la violencia y del engaño en todas las situaciones, hasta llegar a nuestros días, veremos cuánto hemos progresado en el panorama político, para bien de la Nación. [...] Hay que actuar con nuevos moldes, más honorables y más modernos. Respecto de esto, ya he llamado; la realidad a todos los argentinos e incluso a nuestros adversarios. Si siguen con sus antiguos procedimientos, van a terminar por quedarse sin gente*”.

à conformação de uma verdadeira doutrina nacional. Esse aspecto doutrinário, considerado a “alma” do plano, é concebido como “o *sentido e o sentimento coletivo que deve ser inculcado no povo, através do qual se alcança a unidade de ação nas realizações e soluções*” (SECRETARIA TÉCNICA, 1946, p. 10. Tradução nossa).⁸

Uma doutrina, portanto, que atendesse ao principal anseio por trás da obra peronista que já vinha se realizando e que deveria continuar sendo empreendida, no caso, a intenção de reunificar, organizar e orientar as massas trabalhadoras para que, assim, pudessem adquirir a consciência nacional necessária para alcançar e manter a unidade do povo. Nesse sentido, o peronismo recorre à lógica discursiva e propagandística de “peronização” da sociedade, a qual se organizava a partir da promoção de enunciados dicotômicos reiterados frequentemente e que possibilitaram a emergência, no plano social, de um campo antagônico mais amplo que pudesse promover todo um sistema de identificações capaz de estabelecer claramente quem eram os *compañeros* e quem eram os inimigos da Nação (LEGRÁS, 2010, p. 172-175).

Esses antagonismos, como já mencionado, derivariam de uma oposição primordial entre o “povo” (o agora) e a “oligarquia” (o antes), sendo esta última caracterizada como moralmente desviante, economicamente improdutiva e exploradora, culturalmente estrangeirizada e entreguista. Em suma, uma oligarquia que, como teria demonstrado a experiência no passado, defendia interesses contrários aos da nação, promovendo a dissolução dos verdadeiros valores argentinos e constituindo um fator de divisão contrário à obra peronista que priorizava a unidade. Apesar de aparentemente contraditória, a estratégia de alternar os discursos da divisão e da unidade e, sobretudo, localizá-los temporalmente, permite conformar um imaginário no qual o governo de Perón é concebido como uma ruptura em relação ao momento anterior de

⁸ Do original: “[...] *el sentido y sentimiento colectivo que ha de inculcarse en el pueblo, mediante la cual se llega a la unidad de acción en las realizaciones y soluciones*”.

desencontros e de distanciamento entre o Estado e os argentinos (SVAMPA, 2006, p. 204).

Ademais, ao se construir a imagem desse inimigo comum, considerado anti-argentino, anti-povo, anti-pátria, a qual era atribuída a todos aqueles que de alguma forma se opunham ou discordavam do movimento peronista, afirmava-se tanto uma identidade pautada na equivalência entre os interesses do povo, da pátria e de Perón, como a ordem dos princípios fundamentais que deveriam orientar a marcha do país rumo à finalidade suprema do peronismo: a Unidade Nacional (SVAMPA, 2006, p. 305-306). Ou seja, no fim das contas, a única divisão concebível era entre peronistas e anti-peronistas, alimentada por identificações recíprocas que legitimavam e centralizavam o poder nas mãos de Perón.

O conceito de povo apresentado por Laclau (2005) pressupõe a existência de uma instância superior, a qual pode ser o Estado, que reconheça esse povo enquanto sujeito e à qual as demandas sociais devem ser dirigidas. Entendendo-se o povo dessa maneira, Horácio Legrás (2010, p. 174. Tradução nossa) pontua que o líder populista “*é menos uma figura de manipulação das massas (teoria política bastante ingênua) que uma instância executiva do nexo representacional, o qual é por definição delegativo*”.⁹ Ou seja, no populismo, o povo concede ao líder a tarefa de representá-lo diante do poder e de agir em seu nome, devendo essa liderança direcionar suas energias para conter e orientar a mobilização popular que ele desencadeou com sua própria ascensão.

Em 1949, o anseio pelo estabelecimento de uma Doutrina Nacional Peronista que orientasse os argentinos rumo ao bem-estar e à unidade alcançou contornos bem determinados a partir da reformulação da Carta Constitucional e do estabelecimento dos princípios oficiais do Justicialismo. Logo no preâmbulo são listados os objetivos constitucionais com os quais deveriam se comprometer o governo e os cidadãos, ratificando, assim “a

⁹ Do original: “[...] es menos una figura de manipulación de las masas (teoría bastante ‘naíve’ de la política) que una instancia ejecutiva del nexo representacional, que es por definición delegativo”.

decisão irrevogável de estabelecer uma Nação socialmente justa, economicamente livre e politicamente soberana” (ARGENTINA, 1949, p. 41. Tradução nossa).¹⁰ A Constituição Justicialista, como ficou conhecida, estabelece os princípios morais que deveriam orientar harmonicamente Estado e povo para que as suas realizações fossem encaradas com unidade de concepção e de ação na marcha para se alcançar o êxito, evocado através da ideia de uma Nova Argentina.

Temporalmente, a Nova Argentina constituía o horizonte de expectativa estabelecido pelo peronismo, um futuro que se distanciava do passado, como este fora representado, e se afirmava como um tempo diferente e melhor. Nota-se, então, uma temporalidade que atende aos aspectos fundamentais do regime moderno koselleckiano. A perspectiva do progresso permeia o discurso peronista em seus alicerces fundamentais e o próprio Perón considera o seu governo como uma etapa evolutiva fundamental, posterior ao momento revolucionário da Secretaria do Trabalho e Previdência, rumo ao bem-estar comum e à grandeza nacional. Nessa linha evolutiva, a reforma constitucional constituiria mais uma etapa cumprida.

Na economia, desde o PPQ (1946), isso se refletiu em um forte ímpeto de industrialização do país. Adotando uma posição coerente com o léxico econômico nacional-desenvolvimentista que ganhava força na América Latina, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, o plano peronista visava proteger as indústrias argentinas existentes e fomentar o estabelecimento de novas, aumentar a produção em sua industrialização e comercialização no menor tempo possível, além de organizar e distribuir igualmente a riqueza nacional. Em suma, promover um progresso técnico-industrial considerado essencial para garantir a estabilidade social e a independência econômica do país, o que, de acordo com Perón, *“colocaria nossa Pátria no lugar que a ela corresponde no concerto mundial”* (SECRETARIA TÉCNICA, 1946, p. 63-64. Tradução nossa).¹¹

¹⁰ Do original: “[...] *la irrevocable decisión de constituir una Nación socialmente justa, económicamente libre y políticamente soberana [...]*”.

¹¹ Do original: “[...] *ha de colocar a nuestra Patria en el lugar que le corresponde en el concierto mundial*”.

Essa necessidade de inserir o país no jogo das nações consideradas industrializadas, ou seja, de acelerar o passo para alcançá-las como uma nação moderna e autônoma, é marcada por algumas especificidades no caso argentino. A Constituição Justicialista também estabeleceu, no campo doutrinário, uma orientação denominada oficialmente de “Terceira Posição”, a qual conferia contornos nacionais e peronistas à disputa ideológica que se desdobrava no cenário político internacional do pós-guerra entre os blocos capitalista e comunista. Criticando ferozmente as condições trabalhistas de exploração e abuso alimentadas pelo grupo social da oligarquia sob o sistema econômico capitalista e, ao mesmo tempo, procurando defender o país da influência dos agitadores comunistas que incitavam a luta de classes, Perón optou por um posicionamento anticapitalista e anticomunista pautado por um regime de colaboração entre patrões e trabalhadores. Diante da Assembleia Legislativa em 1º de Maio de 1952, Perón explicou a sua tese e finalizou o seu discurso justificando-se:

[...] Assim nasceu o Justicialismo sob a suprema aspiração de um alto ideal. O Justicialismo criado por nós e para os nossos filhos, como uma terceira posição ideológica tendente a nos libertar do capitalismo sem cair nas garras opressoras do coletivismo (PERÓN, 1952, apud. BARCO, 1983, p. 65. Tradução nossa).¹²

Nesse sentido, o que o discurso populista de Perón parece fazer é inserir esse embate ideológico internacional, radicalizado com a Guerra Fria, em sua rede de enunciados dicotômicos, concebendo-o como uma disputa entre interesses dissociadores e egoístas a qual remeteria, novamente, aos abusos do passado oligárquico (SVAMPA, 2006, p. 303). Desse modo, o presente precisava ser diferente, um tempo nem capitalista, nem comunista, mas peronista, de realizações e de justiça no campo social.

Uma doutrina peronista, para um povo peronista, para se garantir um devir também peronista. A perspectiva permanece voltada para o futuro, promovendo-se uma aceleração progressiva característica da

¹² Do original: “Así nació el Justicialismo bajo la suprema aspiración de un alto ideal. El Justicialismo creado por nosotros y para nuestros hijos, como una tercera posición ideológica tendiente a liberarnos del capitalismo sin caer en las garras opresoras del colectivismo”.

modernidade. Desde 1946, diante de todos os políticos que se faziam presentes naquela Câmara dos Deputados para serem apresentados ao PPQ, Perón, a partir de um olhar retrospectivo, aponta para dois objetivos considerados fundamentais e com os quais os estadistas de todo o mundo sempre teriam se preocupado: assegurar a felicidade do povo no presente e esculpir a futura grandeza da nação. De acordo com o presidente recém-eleito, muitos líderes políticos, deslumbrados com um futuro brilhante, sacrificaram o presente de várias gerações no trabalho, na luta e na dor para, no fim, não conseguir alcançá-lo; assim como também houve condutores que, imersos em um presente cheio de alegrias e conquistas, esqueceram-se das exigências do futuro da nação e acabaram levando suas pátrias à decadência ou ao desmoronamento (SECRETARIA TÉCNICA, 1946, p. 8).

Para Perón, seriam justamente os embates históricos entre os homens e os Estados, por ele concebidos como uma disputa entre presente e futuro, que levariam aos vícios do individualismo e do coletivismo. Defende, assim, que uma orientação política ideal deveria, harmoniosamente, assegurar o porvir da Nação sem desprezar o presente do povo, daí a importância conferida aos Planos Quinquenais e à necessidade de planificação dos esforços voltados às conquistas de seu povo e de seus descendentes. Como destaca, *“tudo isto para que, sem pôr em causa a felicidade presente do nosso povo, permita-se, sem hesitações, trabalhar abnegadamente pelo seu futuro, e onde o indivíduo e o Estado interpenetrem-se, compreendam-se e se complementem”* (SECRETARIA TÉCNICA, 1946, p. 10. Tradução nossa).¹³

O presente peronista, além de apresentado como uma ruptura em relação ao espaço de experiência ligado aos governos oligárquicos e como uma etapa de evolução progressiva que levaria à consolidação de uma Nova Argentina, não poderia ser negligenciado em nome de meros prognósticos ou promessas para um futuro considerado melhor. As

¹³ Do original: *“Todo ello para que, sin peligrar la felicidad presente de nuestro pueblo, permita sin hesitaciones, trabajar abnegadamente por su futuro, y donde el individuo y el Estado se compenetren, comprendan y complementen”*.

realizações sociais deveriam se iniciar no “agora”, a garantia da felicidade e do bem-estar do povo se estende para o futuro, mas deveria começar no presente, a Nova Argentina seria apenas a consolidação da obra “argentinista” que o peronismo já estaria empreendendo. Em 17 de outubro de 1952, ao discursar na Praça de Maio para os trabalhadores que comemoravam o Dia da Lealdade, Perón reforça:

Somos idealistas o suficiente para entender que a realidade é o ideal supremo. Os povos, como os homens, não foram capazes de aprender a ciência oculta de viver sonhando; Eles vivem em realidades. E os melhores sonhos são aqueles que se realizam (PERÓN, 2000, p. 691. Tradução nossa).¹⁴

Além disso, o horizonte de expectativa, apesar de concebido como positivamente diferente do passado, não parece estar totalmente em aberto, na verdade, ele deveria ser racional e objetivamente planejado, de acordo com a Doutrina Justicialista, tendência que se repete após Perón se reeleger em 1951 e imediatamente iniciar a elaboração do Segundo Plano Quinquenal, publicado em 1953. O futuro característico do regime de temporalidade moderno de Koselleck deveria ser diferente tanto do passado como do presente para se confirmar a expectativa do progresso, mas a Nova Argentina, finalidade suprema da marcha ordenada a ser percorrida pelo povo junto a Perón, não era e nem poderia ser pensada como um tempo distinto. Afinal, um futuro em aberto, sem planejamento, corria o risco de não ser peronista.

Como consequência, podemos identificar uma temporalidade peronista específica, a qual, imersa no tempo moderno acelerado e progressivo que nos apresenta Koselleck, simultaneamente explicita o que Helgesson já havia apontado no plano dos estudos pós-coloniais: o caráter não absoluto dos termos e categorias apresentados pelo historiador em sua metafísica do tempo histórico. Pautada pelo rompimento com um passado oligárquico recente, a experiência histórica do peronismo se apresentava como uma superação desse tempo no plano nacional, todavia,

¹⁴ Do original: “Somos lo suficientemente idealistas como para entender que la realidad constituye el supremo ideal. Los pueblos, como los hombres, no han podido aprender la ciencia oculta de vivir soñando; viven de realidades. Y los mejores sueños son los que se cumplen”.

a evocação desse espaço de experiência como exemplo negativo permanece alimentando frequentemente os discursos oficiais e o combate aos identificados como anti-peronistas.

Ademais, em um cenário global marcado pelas consequências do liberalismo político e econômico levadas ao último nível com a crise de 1929 nos Estados Unidos e as duas guerras mundiais, que ainda se apresentava como um mundo bipolarizado no qual um novo conflito poderia estourar a qualquer momento, confiar no tempo do progresso e deixar o futuro totalmente em aberto parecia arriscado. Por isso o ímpeto por planejar o devir da nação a partir do agora, um tempo não de promessas, mas de realizações sociais.

3 Considerações finais

Como destacado, as condições que tornam possíveis o surgimento de governos populistas, sobretudo na América Latina, geralmente estão ligadas a momentos de transformação do cenário social de um determinado país. Tais mudanças podem estar relacionadas a processos de industrialização, imigração, êxodo rural, urbanização, etc. Porém, o populismo não pode ser pensado como um mero regime de transição entre o tradicional e o moderno. Estudos como o de Svampa (2006) nos permitem conceber o fenômeno político em questão como uma forma particular de inserção da modernidade no sistema político latino-americano, a qual se fortalece e se legitima a partir de estratégias representacionais que buscam preencher o vazio de legitimidade resultante de uma fratura entre o Estado e os governados, entre o poder e a sociedade. Para isso, o populismo constrói um aspecto simbólico e afetivo capaz de resgatar um sentimento de coesão social e de pertencimento simultâneo a um mesmo coletivo.

Dentre as elaborações discursivas que tornam possível a emergência desse povo unificado no caso da Argentina peronista, os deslocamentos temporais constituem dispositivos importantes para a manutenção do consenso entre aqueles que compõem e se identificam com esse sujeito popular, garantindo a hegemonia do regime. Apresentando-se como um tempo de evolução, o peronismo em nenhum momento nega a modernidade ocidental característica da época, pelo contrário, no futuro, a Nova Argentina deveria se constituir como uma nação urbana de progresso e de riqueza. Entretanto, os discursos oficiais, visando a nacionalização e a “peronização” das massas, abusaram de enunciados dicotômicos que possibilitaram deslocamentos específicos entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa dos argentinos.

Como resultado, identifica-se uma temporalidade peronista na qual o presente ganha um foco significativo, sendo apresentado como o tempo das mudanças e das realizações sociais. Para tal, os discursos de Perón reiteram constantemente um “antes” oligárquico de exploração e cosmopolitismo como exemplo negativo a ser superado e, ao mesmo tempo, evocam um futuro melhor, diferente desse passado recente, mas necessariamente determinado e planejado por esse “agora” peronista. Conversões temporais estas que, características do discurso populista de Perón em sua busca pela unidade nacional, podem ser pensadas enquanto “heterocronias” indicadoras do que Helgesson, a partir da metafísica do tempo de Koselleck, concebe como uma modernidade alternativa.

4 Referências

ARGENTINA, **Constitución de la Nación**. Sancionada por la Convención Nacional Constituyente el 11 de marzo de 1949. BO de, v. 16, n. 03, 1949. Disponível em: http://www.jus.gob.ar/media/1306658/constitucion_1949.pdf. Acesso em: 17 jul. 2022.

BARCO, Ricardo del. **El Régimen Peronista, 1946-1955**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1983.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.127-165.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: Postcolonial Thought and Historical Difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.

FABIAN, Johannes. **Time and the Other**: How Anthropology Makes Its Objects. New York: Columbia University Press, 2002.

GRIMSON, Alejandro. Raza y clase en los orígenes del peronismo: Argentina, 1945. **Desacatos**, n.55, p.110-127, 2017. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1607-050X2017000300110&script=sci_arttext. Acesso em: 23 mar. 2022.

HELGESSION, Stefan. Radical Time in (Post) Colonial Narratives. *In*: SVENUNGSSON, Jayne; HELGESSION, Stefan (org.). **The Ethos of History Time and Responsibility**, New York: Oxford, 144-159, 2018. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctvw04kkp.12>.

HELGESSION, Stefan. Radicalizing temporal difference: Anthropology, postcolonial theory, and literary time. **History and theory**, v. 53, n. 4, p. 545-562, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/hith.10730>.

INCISA, Ludovico. Populismo. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PAQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de Política**. vol. 2, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. p. 981-986.

JAMESON, Fredric. The End of Temporality. **Critical Inquiry**, v. 29, n.4, p.695-718, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1086/377726>.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Sediments Of Time**: On Possible Histories. Tradução: Sean Franzel e Stefan-Ludwig Hoffmann. Stanford: Stanford University Press, 2018.

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LEGRÁS, Horacio. Hacia una historia del populismo. *In*: SORIA, Claudia; CORTÉS ROCCA, Paola; DIELEKE, Edgardo (org.) **Políticas del sentimiento**: El peronismo y la construcción de la Argentina moderna. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. **Estudios sobre los orígenes del peronismo**. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores Argentina, 2004.

PARRY, Benita. Aspects of Peripheral Modernisms. **Ariel**, v.40, n.1, p.27-55, 2009. Disponible em: <https://journalhosting.ucalgary.ca/index.php/ariel/article/download/33561/27605>. Acesso em: 25 jul. 2022.

PERÓN, Juan Domingo. **Obras completas**. v. 17, pt. 2. Buenos Aires: Editorial Proyecto Hernandarias, 2000.

PUNTE, María José. Los únicos privilegiados: rastros de las políticas sociales del primer peronismo en las obras de Osvaldo Soriano y Daniel Santoro. **Imagonautas - Revista Interdisciplinaria sobre imaginarios sociales**, v. 1, n. 1, p. 4-26, 2011. Disponible em: <https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/15082>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SECRETARIA TÉCNICA. Presidencia de la Nación. Plan de Gobierno. 1947-1951. Tomo I. **Impreso en los Talleres Gráficos de la Penitenciaría Nacional de Buenos Aires**. Buenos Aires, 1946.

SVAMPA, Maristella. **El dilema argentino**: civilización o barbarie. Buenos Aires: TAURUS, 2006.